

GEOGRAFIA DO EMPODERAMENTO DE MULHERES CAMPONESAS ASSENTADAS

Larissa Urquiza Perez de Morais

Resumo

Nesse artigo me proponho a analisar os processos de empoderamento de mulheres camponesas assentadas como forma de emancipação de gênero. Para isso utilizo o recorte espacial do Assentamento Contestado, onde as mulheres organizaram desde a constituição do assentamento, em 1999, um Coletivo de Mulheres. Nesse espaço de discussão e formação, as mulheres encontram maneiras de pensar a sociedade livre do machismo, do sexismo, do preconceito e da discriminação de gênero. O enfoque do empoderamento se deu em virtude de entender as relações de poder que se estabelecem na estrutura social onde um gênero tem controle e poder sobre o outro. Também busco propor uma visão do empoderamento sob a lente do feminismo decolonial, afim de promover a crítica à universalização das experiências de mulheres que são diversas e dependem dos contextos espaciais e temporais na qual estão inseridas.

Palavras-chave: Empoderamento, Feminismo Decolonial, Mulheres Camponesas.

Introdução

A Geografia brasileira, por muito tempo, invisibilizou as análises das questões de gênero e a influencia das epistemologias feministas, principalmente a partir da segunda onda do feminismo ¹, das décadas de 1960-1970. Na Geografia anglo-saxônica é nesse período que surgem as chamadas geografias de gênero e/ou feministas.

No Brasil, a inserção das temáticas relacionadas às questões de gênero e feministas é muito recente, sendo os primeiros trabalhos que utilizam a categoria gênero como ferramenta teórico-metodológica da década de 1990. Apesar disso, a pesquisa pioneira sobre o trabalho da mulher na lavoura canavieira no Estado de São Paulo, da geógrafa Rosa Esther Rossini, data da década de 1980 ². Possuímos ainda uma Geografia essencialmente marcada por preconceitos em relação aos trabalhos sobre gênero

¹ A primeira onda do feminismo consiste nos movimentos de luta pelo sufrágio universal e igualdade de direitos do final do século XIX e começo do XX; a segunda onda, das décadas de 1960/1970, se concentra nas denúncias contra a opressão masculina, a luta pela igualdade entre homens e mulheres – feminismo da igualdade, no contexto norte-americano – ao mesmo tempo que no contexto francês, as feministas buscavam ressaltar a importância das diferenças entre homens e mulheres – feminismo da diferença. A terceira onda do feminismo, a partir da década de 1980, foi responsável por contestar o movimento feminista que vinha se delineando até então, na medida em que este universalizava as mulheres, sem considerar questões de classe e raça, principalmente.

² Ver: ROSSINI, Rosa Esther. Geografia e gênero: a mulher na lavoura canavieira paulista. Tese de Livre Docência, Universidade de São Paulo, 1988.

Mas, nos últimos dez anos, já possuí minuciosos trabalhos sobre as relações de gênero no espaço urbano, sexualidades, masculinidades, feminilidades, racialidades. Porém, os estudos agrários ainda possuem uma lacuna que deve ser preenchida com estudos que privilegiem a categoria de análise gênero, interseccionando-a com classe, raça, geração, etc. A questão da interseccionalidade é também uma ferramenta teórico-metodológica que auxilia nas análises, na medida em que possibilita tratar de vários aspectos, como a classe, a raça e a sexualidade, levando em consideração as múltiplas vivências de mulheres diversas.

A geografia do empoderamento que pretendo explorar versa sobre como os as relações de poder existentes nas relações de gênero podem ser subvertidas afim de que mulheres alcancem o empoderamento coletivo, de classe, de gênero. No caso desse trabalho optei por analisar, de maneira geral, a existência de Coletivos de Mulheres em assentamentos e do Setor de Gênero do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra como forma de emancipação das mulheres na luta pela terra.

A primeira parte do trabalho se concentra em apresentar aspectos sobre as relações de gênero no espaço agrário de luta pela terra que é o assentamento, tomando como estudo de caso o Assentamento Contestado – Lapa (PR) e seu Coletivo de Mulheres. Para tal objetivo, temos por base os trabalhos das geógrafas María Franco García e Renata Valenciano, que trazem a perspectiva de gênero para dentro da Geografia Agrária. Dos referidos trabalhos e do acompanhamento das reuniões do Coletivo de Mulheres nos últimos 10 meses, percebe-se que a existência de um espaço de discussão e debate direcionado para as questões específicas da luta da mulher assentada gera um processo de empoderamento onde essas mulheres encontram alternativas e ações para os problemas vivenciados por elas.

A segunda parte do trabalho trabalha em conceituar empoderamento, especificamente no que se refere aos processos de empoderamento de mulheres camponesas. Conto com o trabalho da geógrafa inglesa Jo Rowlands que desenvolveu uma pesquisa sobre empoderamento de mulheres no espaço agrário de Honduras. Além dos estudos de Magdalena León e Carmen Deere, sobre reforma agrária, direito à terra e empoderamento de mulheres nesses contextos, na América Latina. Portanto, o recorte que se faz está centrado nas epistemologias e estudos feministas que procuraram desenvolver um arcabouço teórico sobre empoderamento afim de contribuir para a análise das relações de gênero. Muito se escreveu sobre empoderamento, principalmente em língua inglesa em áreas como a psicologia, a saúde, a educação, a economia, etc., sem focar na questão do gênero, apesar de que muitos desses

estudos podem ser utilizados como plano de fundo para as teorias sobre empoderamento feminista. Pesquisas que apresentam os processos, as agências e ações de mulheres na América Latina, África e Ásia, foram encontradas na revisão bibliográfica ao me deparar com a compilação realizada pela socióloga colombiana Magdalena León, no livro “*Poder y Empoderamiento*”, de 1997, essencial para a presente análise.

As reflexões que aqui se apresentam fazem parte da pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná visando contribuir tanto para os estudos agrários sobre Gênero e Geografia quanto para a prática e ação das mulheres camponesas. Portanto, o trabalho ainda está em desenvolvimento. A intenção desse artigo é gerar o debate sobre o empoderamento de mulheres camponesas, baseado em um questionamento que direciona o estudo: na prática, nas ações do cotidiano, nas lutas diárias de mulheres assentadas que, além da luta pela terra, estão em permanente combate contra o machismo, o sexismo e a violência de gênero, o empoderamento e a emancipação de gênero, acontecem realmente?

A mulher na luta pela terra: questões de gênero e classe

Para esse breve ensaio sobre as questões de gênero no campo e o empoderamento de mulheres, fiz o recorte para estudar os processos de que levam ao empoderamento das assentadas em territórios de luta pela terra protagonizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Por conta da diversidade de experiências de camponesas, existem diversos fatores a serem analisados para entender os processos de empoderamento em cada contexto espaço-temporal. Portanto, a experiência de mulheres dentro do MST será privilegiada afim de que se possa discutir sobre as formas de emancipação que se configuram dentro do movimento e consequentemente, dentro da luta de classes.

Desde a constituição do que viria a ser o MST, até a sua fundação e por toda a história do movimento, as mulheres se fizeram presentes. Apesar dos entraves que as mulheres encontram para participar de espaços de reivindicações em paridade com os homens, desde o 1º Congresso Nacional do MST, em 1985, na cidade de Curitiba – PR, “as mulheres garantiram sua participação como delegadas” (SCHWENDLER, 2015, p. 92). Fernandes (2000, p. 38), sobre o 1º Congresso do MST, também afirma que

[...] as mulheres compuseram a organização e iniciaram os trabalhos para a formação da Comissão Nacional das Mulheres do MST. Em março de 1986, conquistaram o direito de receberem lotes na implantação dos assentamentos, sem a condição de serem dependentes de pais e irmãos. Nesse período, nos Estados, as mulheres sem-terra organizaram encontros para reflexão e avaliação das formas de participação na luta.

Ao longo desses 32 anos de existência, o MST conquistou espaço como o movimento mais proeminente na luta pela terra no Brasil. Mas a participação política da mulher enfrentou e ainda enfrenta diversos entraves, tanto dentro da estrutura organizativa do movimento quanto no cotidiano. Esses entraves são fruto da estrutura patriarcal da sociedade como um todo, e são possíveis de serem observados na constituição dos Coletivos de Mulheres nos espaços de acampamentos e assentamentos e da existência do Setor de Gênero do MST.

Esses espaços não foram conquistados naturalmente, bem como não são fáceis de se manterem sem serem questionados, como se a luta de gênero se constituísse em uma questão de menor importância que a luta de classes. A emergência da participação de mulheres em movimentos sociais foi tratada por Schwendler (2015, p. 92-93) quando a autora afirma que

Ao caracterizar a participação das mulheres nos movimentos sociais dos anos 1980, Elisabeth Souza-Lobo (2011, p. 273) destaca os limites no nível da representação institucional, que permanece periférica para as mulheres, apesar dos avanços de uma cidadania emergente. Maria José Carneiro (1994) aponta duas razões para a participação política da mulher camponesa: 1) o movimento de resistência dos trabalhadores rurais diante da intensificação da expropriação da terra e da exploração do trabalho; 2) a emergência de um movimento feminista e de mulheres que contribuiu para a formação de uma consciência na luta contra as desigualdades de gênero.

Portanto, a partir da própria experiência de luta pela terra e a percepção das desigualdades de gênero nas relações sócio-espaciais, bem como da influência do movimento feminista as mulheres, dentro do MST, passam a reivindicar seus espaços e a necessidade da inserção dos debates sobre a questão da mulher – que depois vai figurar como questões de gênero – na constituição do movimento e na importância da luta da mulher pela terra e na terra. Conforme apontam Valenciano e Thomaz Jr (2002, p. 2)

Algo que nos parece muito claro, é que quando a mulher se insere na luta política, passa a possuir uma consciência de classe e assume uma "identidade", ou seja, a ideia de pertencimento a um grupo, que compartilha dos mesmos valores, símbolos, discursos, etc. Essa nova conformação traz ao estudo dessas mulheres novos elementos, visto que em face da subjetividade intrínseca nessas relações, teremos uma série de transformações que buscam em certa medida, superar a concepção arcaica do que é ser mulher, e aquilo que a ela é atribuído. Esses sujeitos sofrem diariamente a influência do discurso, de práticas e valores que vão construindo suas

identidades, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, sua forma de ser, de pensar, de agir na sociedade, enfim sua sociabilidade.

O Setor de Gênero do MST é responsável pela inserção do debate sobre as questões de gênero e da situação da mulher dentro do MST. A existência desse setor passou por diversas configurações até sua constituição atual: começou como Coletivo, passou para Setor, depois voltou para a instância de Coletivo até finalmente, em 2003 se consolidar como Setor de Gênero, que segundo María Franco García,

Os Coletivos de Gênero, que configuram o que inicialmente foi o Setor de Gênero, são responsáveis pela sensibilização e conscientização da questão de gênero e a mobilização política das mulheres nos acampamentos [...] (GARCÍA, 2004, p. 163).

Essa situação de mudança de Coletivo para Setor não é mera questão de mudança de nomes ou termos. Diversas autoras apontam que isso se deu para que as questões de gênero fossem tratadas com mais seriedade dentro da estrutura do MST, assim como as questões de saúde e educação, por exemplo, configurando assim a importância que tem a luta de gênero interseccionada com a luta de classes. Gonçalves (2010, p. 4-5) aponta que

É difícil encontrar uma trajetória linear que detalhe precisamente as razões que levaram o Coletivo Nacional de Mulheres a se tornar Coletivo Nacional de Gênero e menos ainda que explique a alteração deste para Setor Nacional de Gênero. Uma das coordenadoras do Setor Nacional de Gênero nos revelou que havia muita dificuldade de avançar na participação das mulheres e que era necessário que esta temática fizesse parte da própria estrutura organizativa do Movimento dividida em Setores e predominantemente ocupados por homens.

Sendo assim, a existência do Setor de Gênero dentro da organização interna do MST mostra a necessidade de tratar as questões de gênero como partes intrínsecas da luta pela terra. Pois, como afirmam as próprias militantes: “sem feminismo, não há socialismo”.

No caso dos coletivos de mulheres em nível local – do assentamento – meu trabalho toma como exemplo a existência de um Coletivo de Mulheres no Assentamento Contestado (Lapa-PR). O assentamento data de 1999, onde atualmente

Cerca de 150 famílias habitam uma área de mais de três mil hectares. Antigamente essa terra pertencia a uma pessoa só, o Barão de Serro Azul, e depois foi parar nas mãos de uma indústria de cerâmica. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) descobriu que a empresa tinha uma grande dívida com a União e ocupou a terra em 1999, reivindicando que fosse destinada à reforma agrária. Eram trinta famílias debaixo de lona preta. E, mesmo sob conjuntura desfavorável, com Jaime Lerner no governo do estado e Fernando Henrique Cardoso na presidência, em poucos meses a terra foi conquistada.

Esse assentamento é modelo por conta de sua opção, também desde o início, pela produção agroecológica, contando com a Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA), fundada em 2005, que recebe diversos militantes camponeses do Brasil e principalmente de países da América Latina ³.

O Coletivo de Mulheres do Assentamento Contestado existe desde a constituição do próprio território de luta, segundo as militantes do movimento que participam do Coletivo. Acompanhando as reuniões do grupo no ano de 2017, pude observar que o espaço das reuniões do coletivo é um momento de troca e formação das militantes que levantam questões relacionadas à produção no lote, os embates com os maridos, os entraves para a participação nas reuniões e atividades do coletivo, os desafios de ser militante e mulher dentro do próprio movimento, análise da conjuntura política do país, entre outros pontos que vão surgindo nas discussões.

Analisando o planejamento do coletivo para o ano de 2017, a proposta era dividir o coletivo em cinco frentes de ação, divididas entre as militantes participantes do Coletivo, para dar conta das demandas que as próprias mulheres levantaram em reuniões anteriores. São eles: corpo em movimento, auto-financiamento, auto-cuidado, produção e criatividade e construção de saberes.

O grupo corpo em movimento seria responsável pela construção de espaços onde as mulheres pudessem se exercitar, praticar algum esporte coletivo, além de outras atividades que possibilitem que as mulheres saiam dos espaços relegados historicamente às mulheres – como a casa, o doméstico – e coletivamente, se apropriem de espaços e reconstruam novas relações de gênero também a partir dessas pequenas escalas. A frente que cuidaria do auto-financiamento se responsabiliza por realizar atividades que tragam uma contribuição financeira para o coletivo como bingos, rifas, doações, vendas em feiras do MST, etc. Auto-cuidado consiste em promover o debate sobre as questões do corpo da mulher, padrões de beleza, auto-estima ao mesmo tempo que se realizariam oficinas de unha, cabelo, cremes, produtos naturais. No planejamento do grupo produção e criatividade, a ideia é realizar oficinas que as próprias mulheres ensinem as outras algum “ofício” ou a produzir algo, como por exemplo: oficina de conservas, oficina de artesanato, oficina de música e organizar um

³ Disponível em: <http://www.mst.org.br/2016/08/17/assentamento-contestado-laboratorio-de-organizacao-popular-e-de-agroecologia.html>. Acesso em: Setembro/2017.

espaço para as sementes das mulheres. Por fim, o grupo da construção de saberes que tem a proposta de compartilhar e debater textos, filmes, documentários, sendo uma frente de formação do grupo de maneira coletiva.



Foto 1: Reunião do Coletivo de Mulheres do Assentamento Contestado, jun./2017. Foto: Larissa Urquiza

As ações do Coletivo de Mulheres tiveram alguns entraves ao longo do ano de 2017, principalmente pela conjuntura política do país e a consequente mobilização do MST em marchas e protestos contra o Governo e os retrocessos que o Brasil vem sofrendo desde 2016, principalmente as reformas da previdência e reformas trabalhistas. Foram realizadas quatro reuniões até o momento, uma delas com a participação de mulheres de outros assentamentos da região sul do Paraná: Emiliano Zapata (Ponta Grossa-PR), do Acampamento Maria Rosa (Castro-PR) e de outros assentamentos das cidades de Morretes, Paula Freitas, Teixeira Soares e Fernandes Pinheiro. A foto 1 mostra a cartografia social que cada grupo de mulheres fez de seu assentamento no primeiro dia de encontro – foram dois dias de reunião.

A partir dessas breves considerações sobre a questão da mulher na luta pela terra, percebo ser importante inserir uma visão geográfica no que tange aos processos de empoderamento, o que será realizado no próximo subitem.

Geografia do Empoderamento

No livro “*Poder y Empoderamiento*”, de 1997, compilado pela socióloga colombiana Magdalena León, a referida pesquisadora apresenta na introdução que havia uma utilização do termo empoderamento de maneira diversa e difusa pelos mais distintos sujeitos e grupos. De certa maneira essa questão continua sendo um impasse nos estudos sobre empoderamento da mulher visto que cada vez mais as políticas desenvolvimentistas do Estado, os partidos políticos, as Organizações Não-Governamentais, etc., utilizam o termo para identificar seus projetos e ações e aparecem como agentes que tem o poder para empoderar um grupo específico. Ao contrário do que implica essa visão patriarcal do empoderamento – onde a mulher necessita de uma ajuda externa e continua sendo vista como passiva –, esse trabalho concorda com a assertiva de que o empoderamento é um processo de emancipação social e de conscientização que, no caso de mulheres militantes do MST se forja na própria luta pela terra⁴. A importância da questão do empoderamento para os estudos de gênero é vista por esse trabalho como

En el campo de los estudios de género el empoderamiento es tal vez la herramienta analítica más importante que recoge diferentes preocupaciones en cuanto al impacto del desarrollo sobre las mujeres, y que compromete avances teóricos y metodológicos de diferentes disciplinas como la psicología, la antropología, la ciencia política, la sociología, la educación, el derecho y la economía. (LEÓN, 2001, p. 94).

Entender os processos de construção de novas relações de gênero pelos quais passam o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e especificamente o Assentamento Contestado é também entender os processos de libertação das mulheres em relação a sua condição historicamente construída de subordinação. Um dos fatores que torna possível observar as lutas, as mudanças, as conquistas das mulheres camponesas desses espaços são a existência dos Coletivos de Mulheres, que atuam em nível local – o espaço do assentamento – em consonância com outros coletivos de suas respectivas regiões, os Coletivos Estaduais e, em escala nacional, o Setor de Gênero do MST.

⁴ Sobre essa questão ver: SCHWENDLER, S. F. O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra: o desafio de transformar práticas e relações sociais. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 55, jan./mar. 2015, p. 87-109.

Libertação, emancipação, conscientização, empoderamento das mulheres são alguns dos desafios encontrados no desconstruir e reconstruir do Movimento no que tange à questão do gênero. Esses desafios, que também interpreto como processos complexos, com ações e objetivos distintos e não-lineares passam por re-significações conforme o lugar do qual se está inserido. Diversas vezes minha pesquisa pontuou a importância e necessidade de destacar os contextos espaço-temporais de ação das mulheres para não cair no universalismo dos sujeitos.

De encontro a essas considerações, está a discussão de empoderamento de mulheres. Porém, certas informações caem em nossas cabeças como questões dadas, fechadas, moldadas. A leitura que faço da questão de empoderamento, como ele é vinculado principalmente pela mídia é exatamente essa: uma palavra que significa algo que todos parecem saber o que é, utilizada para se referir ao indivíduo e/ou a coletividade na conquista de algum direito, na libertação de algum padrão, na subversão da ordem. Sobre isso recai a problematização desse conceito, que será o foco dessa parte do artigo.

Essas características não deixam de contribuir no sentido mais profundo de empoderamento. Porém, se faz necessário uma conceituação teórico-metodológica para instrumentar essa pesquisa sobre o Coletivo de Mulheres do Assentamento Contestado.

O enfoque de empoderamento que se realizou nesse trabalho está centrado na ideia de espaços de poder conquistados pelas mulheres e para as mulheres do MST dentro do movimento e dos assentamentos da reforma agrária. A discussão sobre a conquista de espaço por parte das mulheres leva a pensar a questão dos lugares de homens e lugares de mulheres que a sociedade patriarcal na qual vivemos estabelece a fim de manter e legitimar o poder de determinados indivíduos sobre outros.

Primeiramente é necessário realizar algumas considerações sobre a escolha do conceito e das teorias sobre empoderamento, como ferramenta teórico-metodológica, para entender os processos de emancipação de mulheres camponesas dentro do MST.

A palavra *empoderamento* carrega, no contexto histórico e social em que vivemos, um significado de libertação e/ou emancipação. Emancipar-se de valores e padrões historicamente estabelecidos pela sociedade patriarcal capitalista, por exemplo, é uma maneira de empoderar-se. Com o imenso alcance da internet e redes sociais dos mais variados tipos, com os mais variados objetivos, podemos perceber que algumas questões estão ganhando cada vez mais destaque na mídia. Uma dessas questões é a do empoderamento. Por vezes, não questionamos o significado das palavras e das coisas a que temos acesso e acabamos incorporando ao nosso

cotidiano do modo como nos convém. Porém, é importante nessa pesquisa acadêmica delimitar o conceito e o arcabouço teórico relacionado ao empoderamento que se trabalha.

A seguir encontramos a revisão bibliográfica teórica sobre empoderamento. Após entender o que se entende por empoderamento, a partir de diversas áreas distintas de produção do conhecimento, o foco passa para as questões de empoderamento da mulher no contexto do campesinato, com auxílio dos trabalhos de Magdalena León e Carmen Deere, bem como da geógrafa Jo Rowlands, inserindo uma visão da geografia sobre o tema.

O termo empoderamento, na língua portuguesa, não possui significado unívoco e provoca muitos debates sobre sua origem. Segundo Rute Baquero (2012, p. 173) “A inexistência do termo “empoderamento” em dicionários brasileiros recentes e a diversidade de sentidos atribuídos ao termo indicam o caráter polissêmico e complexo desta categoria”. Baquero vai ainda mais longe e aponta que o surgimento do termo *empowerment* está ligado à Reforma Protestante, no século XVI, porém ganhou destaque na contemporaneidade com os movimentos sociais da década de 1960 em diante

Embora a utilização crescente do termo *empowerment* tenha se dado a partir dos movimentos emancipatórios relacionados ao exercício de cidadania – movimento dos negros, das mulheres, dos homossexuais, movimentos pelos direitos da pessoa deficiente – nos Estados Unidos, na segunda metade do século XX, a Tradição do *Empowerment* (*Empowerment Tradition*) tem suas raízes na Reforma Protestante, iniciada por Lutero no séc. XVI, na Europa, num movimento de protagonismo na luta por justiça social (BAQUERO, 2012, p. 174).

Dessa forma, a partir da eclosão de movimentos de contestação do século XX, no contexto norte-americano, a palavra *empowerment* passa a figurar nos debates sobre as questões de emancipação social.

Através de Coletivos que proporcionam espaços de discussão, formação e ação, o MST tem proporcionado o empoderamento e emancipação das mulheres que o compõe. O que se propõe neste trabalho é compreender de que maneira se dá esse processo, propondo uma geografia do empoderamento na luta pela terra.

Faz-se necessário que existam estudos sobre o enfoque de empoderamento, visto que empoderamento é um processo que passar por entender relações desiguais de poder que permeiam a sociedade como um todo. Não é apenas um termo a ter utilizado indiscriminadamente. Para Magdalena León (1997, p. 7), a generalização do uso do termo

[...] se debe, en parte, al debate teórico que lo há llenado de significado, pero sobre todo a su pertinência para las experiencias prácticas de las mujeres, principalmente a nivel de base, y por tanto a su uso em los escritos y consignas de grupos en su trabajo de militancia. Sin embargo, hay ambivalências, contradicciones y paradojas em la utilización de este concepto; como lo señala Batriwala, al tiempo que se ha proyectado la agudeza de su perspectiva, se ha diluido su significado. [...] su sentido aparece como autocontenido y obvio: empoderarse significa que las personas adquieran el control de sus vidas, logren la habilidad de hacer cosas y de definir sus próprias agendas. Al relacionarse com los intereses de los desposeídos de poder, el término se toma como expresión de um cambio deseable, sin ahondar em las especificidades que tal cambio implica, es decir, sin precisar su significado.

Como já se apresentou, a ideia de empoderamento nos últimos 40 anos, encabeçada pelos movimentos de contestação da ordem hegemônica, contra o machismo, o racismo, as desigualdades enfim, também foi tomada como linha de ação pelo Estados e instituições ligadas à ele. Baquero (2012, pp. 179-180) afirma que

Embora historicamente o empoderamento esteja associado a formas alternativas de se trabalhar as realidades sociais, suporte mútuo, formas cooperativas, formas de democracia participativa, autogestão e movimentos sociais autônomos, tendo sido a palavra incorporada ao discurso do desenvolvimento alternativo, ocorreu, segundo progressistas, uma apropriação “indevida” do termo, pelo neoliberalismo.

Empoderar se constitui, hoje, na agenda de vários bancos de desenvolvimento, especialmente do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, bem como da Organização das Nações Unidas. Para melhor entender sobre essa questão, León (1997, p. 8) afirma que

[...] El concepto se usa como sustituto de integración, participación, autonomía, identidad, desarrollo y planeación [...], y no siempre referido a su origen emancipador. Lo usan los agentes sociales tan disímiles como los organismos internacionales, los agentes del Estado, los fundamentalistas, los patronos y los empresarios, los educadores de variadas tendencias, los grupos de desarrollo comunitario del Norte y del Sur, los activistas sociales, los grupos alternativos y las mujeres en sus varias posiciones dentro del movimiento.

Magdalena León aponta para outras utilizações do termo que complementam a análise anterior. Empoderamento pode significar ação e pode implicar na conversão dos sujeitos em agentes ativos como resultado de suas ações que variam de acordo com a situação material que se coloca em cada contexto. Também apresenta mudanças na cultura e nos imaginários sociais sobre a relação com o poder que as mulheres possuem (LEÓN, 1997, p. 6). Empoderamento surge como uma estratégia de reivindicação de direitos, e a utilização do termo, de acordo com León (1997, p. 8) “[...] tiene sus raíces en la importancia adquirida por

la idea de poder, tanto para los movimientos sociales como para la teoria de las ciências sociales”.

Outro ponto importante que essa pesquisa privilegia na análise são as relações de poder. Primeiro, pelo fato da palavra/conceito empoderamento conter a palavra/conceito poder. Isso já possibilita dissertar sobre questões de poder como relações sociais (LEÓN, 1997, p. 13). Para a geógrafa Jo Rowlands, o poder condiciona a experiência de mulheres em dois sentidos: é fonte de opressão quando há abuso de poder e fonte de emancipação em seu uso (ROWLANDS, apud LEÓN, 1997, p. 13).

A partir dessas considerações, sobre a visão de empoderamento como maneira de emancipação da mulher na medida em que os processos que levam à conquista de poder surgem como maneiras de mudar a realidade social na qual estão inseridas

O empoderamento é visto como a base para gerar visões alternativas por parte da mulher, assim como o processo pelo qual estas visões se tornarão realidades, à medida que as relações sociais mudarem. Dentre as condições prévias para o empoderamento da mulher, estão os espaços democráticos e participativos, assim como a organização de mulheres. (DEERE; LEÓN, 2002, p. 53).

Sendo assim, a existência de organizações de mulheres tanto em acampamentos quanto em assentamentos do MST, possibilitam uma maior participação política da mulher nas questões ligadas à luta pela terra, à situação das mulheres dentro do próprio movimento, aos problemas e desafios que na luta de classes e na luta pela emancipação de gênero enfrentam e ainda terão de enfrentar no projeto da reforma agrária popular.

A condição da mulher na sociedade patriarcal é de subordinação de um gênero sobre o outro. Deere e León (2002, p. 54) apontam que os processos de empoderamento subvertem a ordem das relações familiares na medida em que a mulher surge como sujeito agente de sua própria história e trajetória bem como sujeito político

[...] pois pode levar ao desempoderamento do homem e certamente leva à perda da posição privilegiada de que ele desfruta sob o patriarcado. Isto porque o empoderamento ocorre quando houve uma mudança na tradicional dominação da mulher pelo homem, seja com relação ao controle de suas opções de vida, seus bens, suas opiniões ou sua sexualidade. Pode-se observar quando as decisões unilaterais não são mais a norma dentro da família. Entretanto, sob outro ponto de vista, o empoderamento da mulher libera e empodera o homem nos campos tanto material quanto psicológico. Por exemplo, a mulher começa a dividir responsabilidades anteriormente do homem, como o sustento da família. E quando o homem é liberado de estereótipos de gênero novas experiências emocionais lhe são possibilitadas.

Um ponto extremamente importante recai sobre o fato de que os processos de empoderamento e a conquista de poder por parte das mulheres não possui uma linearidade, uma fórmula a ser seguida, com determinadas etapas e ações a serem realizadas. Para analisar esses processos devemos levar em consideração todos os aspectos culturais, sociais, econômicos, de classe, de raça, de sexualidade, etc. Sem pensar o contexto sócio-espacial e sócio-temporal corre-se o risco de cair em generalizações. O empoderamento de mulheres urbanas perpassa aspectos distintos do empoderamento de mulheres camponesas, apenas para citar um exemplo simples. Os processos pelos quais cada mulher e/ou grupo de mulheres que estão unidas pela classe e pelo gênero, como é o caso da organização de mulheres dentro do MST, serão diferentes daqueles processos de empoderamento que mulheres ligadas aos sindicatos podem vivenciar. Portanto, concordo com Deere e León (2002, p. 55), ao apresentarem que

O empoderamento não é um processo linear com um começo bem definido e um final que seja o mesmo para todas as mulheres; é moldado para cada indivíduo ou grupo através de suas vidas, seus contextos e sua história, assim como ocorre de acordo com a posição de subordinação nos níveis pessoal, familiar, comunitário e nos níveis mais elevados.

Aponto para o exercício de se pensar o empoderamento visto de uma perspectiva feminista decolonial, onde os processos de emancipação são protagonizados pelos mais diversos movimentos feministas no contexto latino-americano que surgem da crítica ao feminismo hegemônico branco e burguês que tende a universalização de experiências de mulheres. Apontando para essa crítica, a proposta de enxergar os processos de empoderamento sob a lente do feminismo decolonial, cito María Lugones, filósofa e feminista decolonial, que desenvolveu uma crítica a decolonialidade do poder ⁵, inserindo a questão da colonialidade do gênero. Assim,

Conforme me desloco metodologicamente dos feminismos de mulheres de cor para um feminismo descolonial, penso sobre feminismo desde as bases e nelas, e desde a diferença colonial e nela, com uma forte ênfase no terreno, em uma intersubjetividade historicizada, encarnada. A questão da relação entre a resistência ou a contestação à colonialidade de gênero e a descolonialidade está mais sendo posta aqui do que sendo respondida. Mas me proponho, sim, a entender a resistência à colonialidade do gênero a partir da perspectiva da diferença colonial (LUGONES, 2014, p. 940).

⁵ Ver o trabalho de Aníbal Quijano.

A partir da consideração da existência da colonialidade de gênero, Lugones e outras feministas latino americanas propõem um feminismo que conjugue as diversas opressões, para além da categoria universalizante “mulher”. Estamos falando das opressões de gênero interseccionadas com a classe, a raça, a religião, a geração, a sexualidade. Para entender melhor essa proposta, Lugones afirma que

Chamo a análise da opressão de gênero racializada capitalista de “colonialidade do gênero”. Chamo a possibilidade de superar a colonialidade do gênero de “feminismo descolonial”. A colonialidade do gênero permite-me compreender a opressão como uma interação complexa de sistemas econômicos, racializantes e engendrados, na qual cada pessoa no encontro colonial pode ser vista como um ser vivo, histórico, plenamente caracterizado. Como tal, quero compreender aquele/a que resiste como oprimido/a pela construção colonizadora do lócus fraturado. Mas a colonialidade do gênero esconde aquele/a que resiste como um/uma nativo/a, plenamente informado/a, de comunidades que sofrem ataques cataclísmicos. Assim, a colonialidade do gênero é só um ingrediente ativo na história de quem resiste. Ao focar naquele/a que resiste situado/a na diferença colonial, minha intenção é revelar o que se torna eclipsado.

O processo de superação da colonialidade de gênero que o feminismo decolonial traz em sua proposta pode ser alcançado através de processos de emancipação, libertação e empoderamento. Assim sendo, e considerando o contexto sócio-espacial e sócio-temporal no qual estão inseridas as mulheres do MST, podemos considerar que a luta pela superação de todas as formas de opressão na qual as mulheres militantes do movimento são protagonistas pode ser vista sob a lente do feminismo decolonial, pois afirma e legitima a intersecção entre classe e gênero, bem como pensa a sociedade de maneira alternativa ao agronegócio, ao patriarcado, às políticas neoliberais que investem no silenciamento e violência de gênero, na tentativa de colonizar os corpos e mentes.

Considerações Finais

Esse trabalho procurou analisar a luta pela terra e o empoderamento de mulheres assentadas e pertencentes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra a partir da organização de mulheres em coletivos. A existência desses coletivos dentro da organização interna dos assentamentos é de vital importância para a formação política das mulheres e para sua formação enquanto agentes da própria luta.

Esses espaços e o que nele se realiza mostram os processos pelos quais se dá o empoderamento de mulheres no contexto do assentamento. Foi realizado um recorte espacial – Assentamento Contestado – e essas afirmações não estão sendo feitas de modo a generalizar

as experiências de mulheres em outros territórios de luta pela terra. Foi realizado o exercício para demonstrar alguns meios e mecanismos que podem vir a contribuir em processos de empoderamento individual e coletivo, lembrando que eles não são excludentes entre si.

A conquista de espaços, anteriormente relegados apenas aos homens, pelas mulheres camponesas é essencial na subsersão da ordem patriarcar e conservadora que oprime o gênero feminino. Que esses espaços e tempos de mulheres sejam respeitados também pelos homens camponeses no contexto de luta pela terra, afinal de contas, como diz o título da cartilha do Coletivo de Gênero de 1996 “*Sem a luta das mulheres, as conquistas ficam pela metade*”.

Referências Bibliográficas

COLLING, Ana Maria; TEDESHI, Losardo Antonio. Dicionário Crítico de Gênero. Dourados: Ed. UFGD, 2015.

DEERE, Carmen Diana. LEÓN, Magdalena (Orgs.). O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Trad.: Letícia V. Abreu, Paulo Azambuja Rossato Antinolfi, Sônia Terezinha Gehering. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

GARCÍA, María Franco. A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciência e Tecnologia, UNESP, Pres. Prudente, 2004

GEBARA, Ivone. Levanta-te e Anda: alguns aspectos da caminhada da mulher na América Latina. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.

GONÇALVES, Renata. De companheira “acompanhante” à companheira de luta: as mulheres na luta pela terra do MST. In: FAZENDO GÊNERO: DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS, 9, 2010, Florianópolis. Anais. Florianópolis: UFSC, 2010. p. 1-10.

JORNAL SEM TERRA. Sem a luta das mulheres, as conquistas ficam pela metade. Novembro, 1995.

LEÓN, Magdalena (compiladora). Poder y empoderamiento de las mujeres. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1997.

_____. El empoderamiento de las mujeres: encuentro del primer y tercer mundos em los estudios de género. La Ventana, nº 13, pp. 94-106, 2001.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. Revista Estudos Feministas, nº 3, vol. 22, Florianópolis, p. 935-952, 2014.

MARTÍN, Rocío Medina. Feminismos Periféricos, Feminismos-Otros: Una Genealogía Feminista Decolonial Por Reivindicar. Revista Internacional de Pensamiento Político, I Época, Vol. 8, pp. 53-79, 2013.

MCDOWELL, Linda. Género, Identidad y Lugar: Un Estudio de Las Geografías Feministas. Traducción: Pepa Linhares. Madrid: Ediciones Cátedra, 2000.

MIÑOSO, Yuderlys Espinosa. CORREAL, Diana Gómez. MOÑOS, Karina Ochoa. Tejiendo de Otro Modo: Feminismo, Espistemología y Apuestas Descoloniales en Abya Yala. Popayán: Editorial Universidade del Cauca, 2014.

ORNAT, Márcio José. Sobre Espaço, Gênero, Sexualidade e Geografia Feminista. Terra Plural: Ponta Grossa, 2 (2), p. 309-322, jul./dez. 2008.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. O processo pedagógico na luta de gênero na luta pela terra: o desafio de transformar práticas e relações sociais. Educar em Revista, Curitiba, n. 55, p. 87-109, jan./mar. 2015.

SCOTT, Joan. Gênero – uma categoria útil de análise histórica. Educação e realidade. Porto Alegre, nº 2, vol., jul/dez 1990.

SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. Revista de História Regional 8(1), p. 31-45, Verão 2003.

_____. (Org.) Geografias Subversivas. Discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Editora Todapalavra, 2009.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN, Alides Baptista Jr. (orgs.). Espaço, Gênero e Feminilidades Ibero-Americanas. Ponta Grossa: Editora Todapalavra, 2011. .

SILVA, Joseli Maria; SILVA, Augusto Cesar Pinheiro da (org.). Espaço, Gênero e Poder: conectando fronteiras. Ponta Grossa: Editora Todapalavra, 2011

SILVA, Susana Maria Veleza da. Geografia e gênero/Geografia feminista: o que é isto? Boletim Gaúcho de Geografia, nº 23, AGB-PA – Porto Alegre, p. 105-110 março/1998.

SPITALERE, Ana Carolina Rocha. Geografia e Gênero: Considerações Sobre a Produção Acadêmica Brasileira. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2013.

VALENCIANO, Renata Cristiane. THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Revista Pegada, vol. 3, número especial, Presidente Prudente, 2002.

VALENCIANO, Renata Cristiane. A participação da mulher na luta pela terra: discutindo relações de classe e gênero. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciência e Tecnologia, UNESP, Pres. Prudente, 2006.